

A Groenlândia não é um prêmio | Carta semanal 4 (2026)



Pia Arke (Kalaallit Nunaat), *Nuugaarsuk alias... 2*, 1990.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

De tempos em tempos, o centro imperialista do Norte Global — os Estados Unidos — deixa de lado as boas maneiras.

Uma coisa é falar grosso com o Irã ou a Venezuela, mas é completamente diferente fazer isso com a Dinamarca. O Atlântico Norte não presenciou tamanha aspereza interna desde — talvez — Adolf Hitler se voltar contra a Polônia em 1939. Mas, para sermos justos com os Estados Unidos, eles não cobiçam a própria Dinamarca. Washington lambeu seus dedos pegajosos e os colocou sobre a Groenlândia.



Também conhecido como Høegh (Kalaallit Nunaat), *Bag maskerne* (Por Trás das Máscaras), 2008.

A Dinamarca iniciou sua colonização da Groenlândia há 305 anos, em 1721. Especialistas em direito constitucional dirão que o status colonial formal terminou em 1953, quando a Groenlândia foi incorporada ao Reino da Dinamarca, e que a Groenlândia obteve um grau adicional de autonomia em 2009, com a aprovação da Lei de Autogoverno da Groenlândia — mas sejamos francos, ela continua sendo uma colônia.

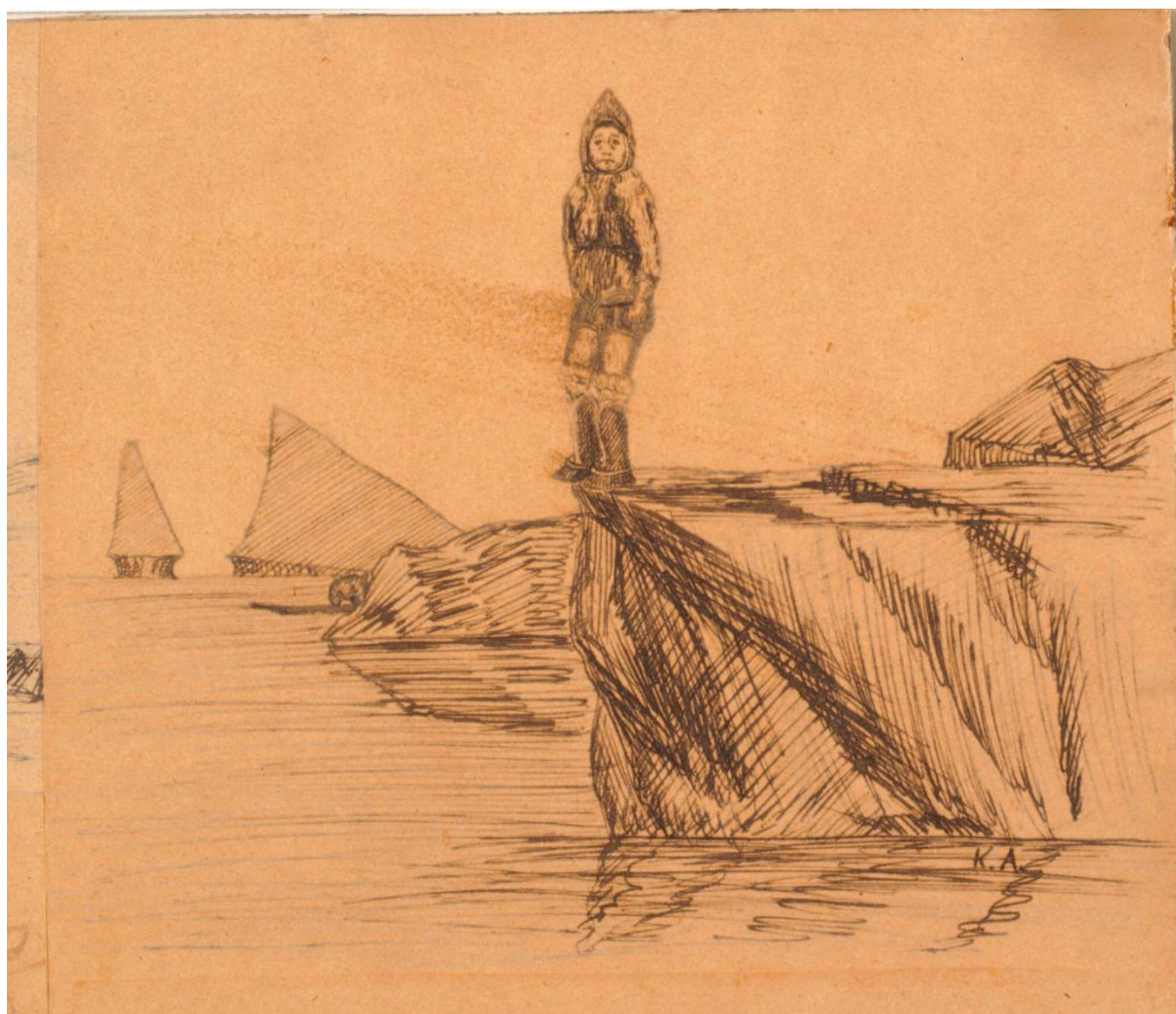
Para contextualizar, a Groenlândia (com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) é cinquenta vezes maior que a Dinamarca. Para efeito de comparação, se colocada sobre os Estados Unidos, ela se estenderia quase da Flórida à Califórnia. Se fosse um país independente, seria o décimo segundo maior do mundo em área. Claro, o país ártico tem uma população muito pequena, de cerca de 57.700 habitantes (aproximadamente equivalente à população de Hoboken, Nova Jersey).

Na imaginação de Washington, a Groenlândia não aparece como uma pátria, mas como um local — um ponto no mapa ou uma assinatura na tela do radar. As palavras usadas para descrevê-la pertencem à gramática da posse: comprar, controlar, apoderar-se. Essa é a linguagem da dominação — uma potência imperialista

(Estados Unidos) querendo se apoderar das terras de uma potência colonial (Dinamarca).

Mas a Groenlândia não é um prêmio.

Os inuítes da Groenlândia chamam seu país de Kalaallit Nunaat: “Terra dos Kalaallit” (Groenlandeses). Quando Trump e seus aliados falam da Groenlândia, nunca falam do povo: os Kalaallit. Em vez disso, Trump fala da importância estratégica da ilha e do que o governo dos EUA considera os perigos de sua captura pela China e pela Rússia (ignorando o fato de que nem a China nem a Rússia reivindicaram o território). A Groenlândia é sempre um lugar que alguém deve controlar, mas não os Kalaallit. Para pessoas como Trump, ou mesmo para gerações de primeiros-ministros dinamarqueses (apesar das declarações brandas sobre o caminho para a autodeterminação), os Kalaallit não têm papel como sujeitos políticos.



Kaarale Andreassen (Kalaallit Nunaat), *Kvinde på en klippe* (Mulher em um penhasco), s.d.

A Groenlândia ganhou importância estratégica e econômica para a Dinamarca após a descoberta da criolita

em 1794, um mineral fundamental usado na produção de alumínio. Essa exploração extrativista continuou após a descoberta de urânio e elementos de terras raras em Kuannersuit (Kvanefjeld), no sul da Groenlândia, em 1956. Em 1941, o enviado da Dinamarca em Washington, Henrik Kauffmann, assinou um acordo que permitiu aos EUA estabelecer bases e estações na Groenlândia. Em 1943, os EUA instalaram uma estação meteorológica em Thule (Dundas), conhecida como Blue West 6, e em 1946 adicionaram uma pequena pista de pouso. Após a Segunda Guerra Mundial, a Dinamarca foi um dos primeiros países a aderir ao esforço dos EUA para construir um bloco militar contra a União Soviética. De fato, foi um dos fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949) e, posteriormente, assinou o Acordo de Defesa da Groenlândia (1951), que permitiu aos EUA construir a Base Aérea de Thule sob o codinome Operação Blue Jay (atual Base Espacial Pituffik). A base tornou-se útil não apenas como um local para observar a URSS, mas também para alerta de mísseis, defesa antimíssil e vigilância espacial – um ponto estratégico que se tornou ainda mais importante à medida que os depósitos de urânio e terras raras da Groenlândia se tornaram centrais na disputa global por minerais críticos.

Com o derretimento das calotas polares da Groenlândia nas últimas décadas, devido à catástrofe climática, a geologia profunda do país tornou-se mais fácil de explorar e minerar. **Estudos de viabilidade** e perfurações realizadas no início e meados da década de 2010 (especialmente entre 2011 e 2015) mostraram que a região era rica em grafite, lítio, elementos de terras raras e urânio. À medida que os Estados Unidos impunham sua Nova Guerra Fria à China, precisavam buscar novas fontes de terras raras, dada a dominância chinesa no refino desses elementos e na produção de ímãs. A ilha se tornou não apenas uma fonte de minerais ou uma localização geográfica para projeção de poder, mas também um nó crucial na arquitetura de segurança da cadeia de suprimentos liderada pelos EUA.



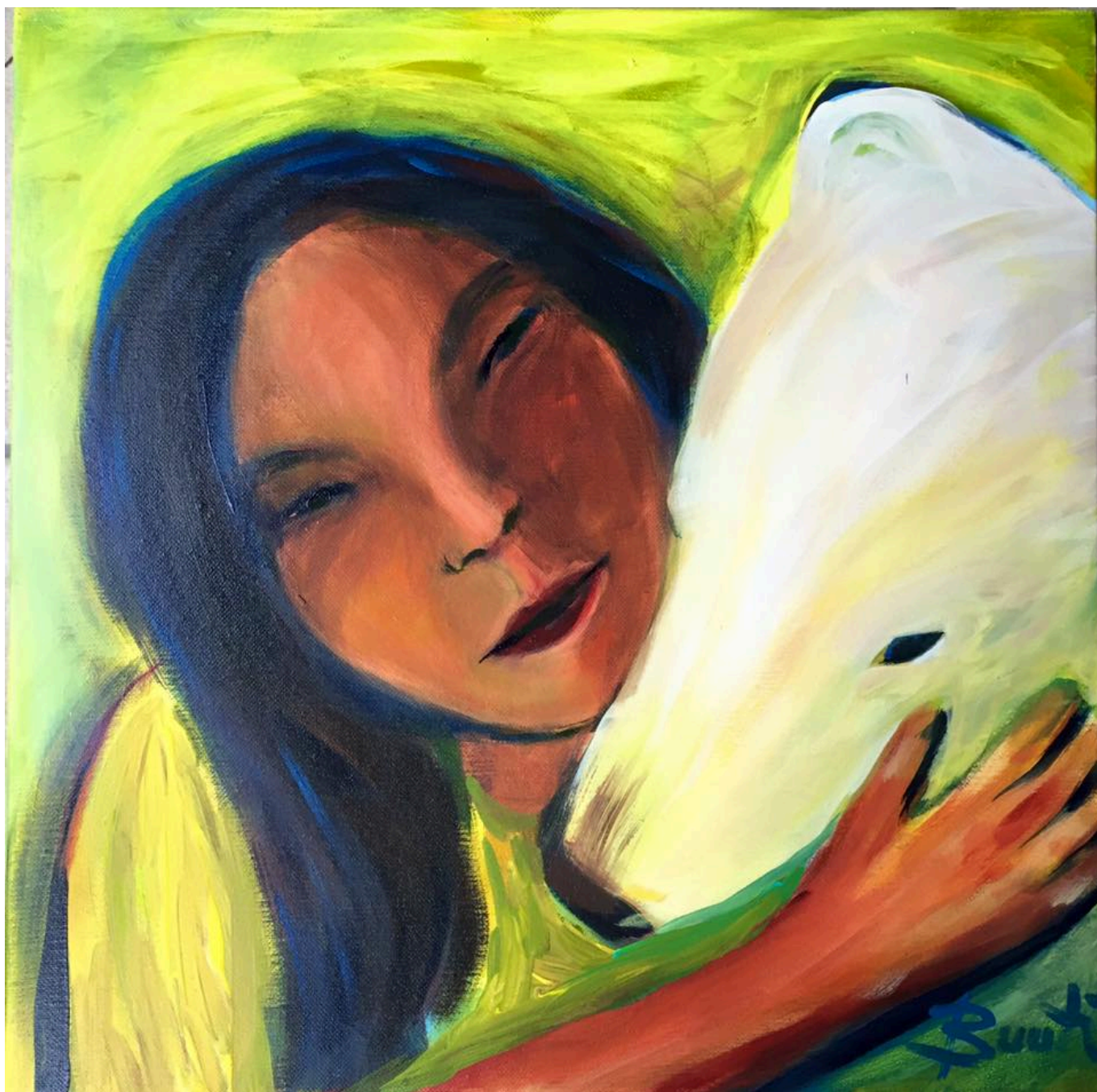
Anne-Birthe Hove (Kalaallit Nunaat), *Inuppasuit V* (Many People), 1995.

Em agosto de 2010, muito antes da viagem do primeiro-ministro canadense Mark Carney à China em

meados de janeiro de 2026, o governo canadense divulgou um **relatório** com um título interessante: *Declaração sobre a Política Externa do Canadá para o Ártico: Exercendo a Soberania e Promovendo a Estratégia do Canadá para o Norte no Exterior*. À primeira vista, o relatório é bastante insosso, fazendo muitas declarações sobre como o Canadá respeita os povos indígenas do Ártico e como suas intenções são inteiramente liberais e nobres. Essa postura é difícil de conciliar com a realidade de que grandes projetos de mineração em todo o Ártico canadense têm repetidamente gerado preocupações entre os Inuit sobre os impactos na vida selvagem e na coleta de recursos naturais, e que os órgãos reguladores, por vezes, **recomendaram** contra expansões, como no caso da mina de ferro Mary River, da Baffinland.

De fato, o Canadá abriga o **maior centro mundial** de financiamento da mineração (a TSX e a TSX Venture Exchange listam mais da metade das empresas de mineração de capital aberto do mundo), que há décadas explora o Ártico em busca de energia e minerais. O relatório de 2010 menciona o “potencial energético e de recursos naturais do Norte” do Canadá e que o governo está “investindo significativamente no mapeamento do potencial energético e mineral do Norte”. Mas não há menção às grandes empresas privadas de mineração canadenses que se beneficiariam não apenas do potencial mineral da Groenlândia (por exemplo, a Amaroq Minerals, que já possui a mina de ouro Nalunaq, no sul da Groenlândia), mas também da região ártica do Canadá (por exemplo, a Agnico Eagle Mines, a Barrick Mining Company, a Canada Rare Earth Corporation e a Trilogy Metals). O que é significativo neste relatório é que, se for implementado, acirrará a antiga disputa entre o Canadá e os EUA sobre a navegação no Ártico, particularmente na Passagem Noroeste, que o Canadá considera águas internas e os EUA consideram um estreito internacional.

O Canadá é uma “potência ártica”, afirma o relatório. Existem outros sete países com presença no Ártico: Dinamarca, Finlândia, Islândia (através de Grimsey), Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos (através do Alasca). Eles são membros do **Conselho do Ártico**, criado pelo Canadá em 1996 para lidar com a poluição ambiental no Ártico e criar um espaço para que organizações indígenas da região apresentem seus pontos de vista. No entanto, o Conselho do Ártico está praticamente paralisado desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, quando os países membros suspenderam a cooperação normal com a Rússia e, posteriormente, retomaram apenas trabalhos limitados em nível de projeto, sem a participação russa, embora a Rússia detenha aproximadamente metade do litoral ártico. Com a necessidade de consenso, o papel do conselho, que antes era mediador de coordenação pan-ártica e até mesmo negociador de acordos vinculativos, ficou restrito a projetos e avaliações de grupos de trabalho técnicos. A alegação do Canadá de ser uma “potência ártica” é arrogante, mas carece de substância. Será que isso realmente impedirá os EUA de usar suas rotas marítimas, e poderá exercer alguma forma de soberania capitalista para suas empresas de mineração na região do Ártico?



Buuti Pedersen (Kalaallit Nunaat), *Kammannguara* (Meu Pequeno Amigo), 2015.

Em 2020, antes de o Conselho suspender a cooperação com a Rússia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) já havia instado seus membros a “voltarem seus olhares para o extremo norte” (como observou o think tank da Otan, o Atlantic Council, em um **relatório**). Após 2022, a Otan desenvolveu uma estratégia para o “extremo norte” que pode ser melhor compreendida em seu **relatório parlamentar** de 2025, *Renavegando o ártico descongelado*. O relatório identifica o que considera a principal ameaça aos países da Otan: China e Rússia. Uma delas (a Rússia) é uma grande potência do Ártico, e a outra (a China) possui duas estações científicas no norte (a Estação do Rio Amarelo em Svalbard, Noruega, que está lá desde 2003 estudando ciências atmosféricas e ambientais, e o Observatório de Ciências Árticas China-Islândia em Kárhóll, Islândia, que está lá desde 2018 estudando ciências do sistema terrestre e ambientais). A China

também indicou que as águas do Ártico seriam ideais para uma Rota da Seda Polar, um corredor comercial que ligaria a China à Europa. Mas, até o momento, não há presença militar chinesa na região.

Em 9 de janeiro de 2026, **Trump afirmou** que não deseja que a China ou a Rússia estabeleçam presença na Groenlândia. É verdade que representantes de empresas chinesas estiveram na Groenlândia e **assinaram** memorandos de entendimento não vinculativos, mas também é verdade que nenhum deles prosseguiu. Trump teme que alguns desses memorandos possam eventualmente se transformar em projetos que permitam a presença de empresas chinesas em território groenlandês. Contudo, considerando que o investimento da UE na Groenlândia é muito baixo (cerca de 34,9 milhões de dólares por ano), e que o investimento dos EUA (cerca de 130,1 milhões por ano) e do Canadá (549,3 milhões por ano) é maior, mas ainda inferior a um investimento chinês previsto (pelo menos 1,162 bilhão), é plausível temer as empresas chinesas. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que diplomatas dinamarqueses e de outros países nórdicos contestaram as alegações de Trump sobre a presença de navios de guerra russos e chineses “ao redor da Groenlândia”, para as quais Trump não apresentou provas públicas.

O investimento previsto da China na Groenlândia não representa uma ameaça militar, nem é algo que deva preocupar os Estados Unidos, o Canadá ou mesmo a Dinamarca. Este assunto deveria ser debatido internamente na Groenlândia.



Bolatta Silis-Høegh (Kalaallit Nunaat), *Uagut (Us)*, 2021.

A Groenlândia não está à venda. Não é uma plataforma militar nem uma reserva mineral à espera de ser explorada. É uma sociedade, repleta de memória e aspirações. O Sul Global conhece bem esta história — uma história de pilhagem em nome do progresso, de bases militares em nome da segurança, do sofrimento e da fome do povo que chama esta terra de lar.

A terra não sonha em ser possuída. As pessoas sonham em ser livres.

Pergunte a Aqqaluk Lynge, poeta, político e defensor dos direitos dos Inuit da etnia Kalaallit, que escreveu em seu poema “Uma vida de respeito”:

Nos mapas do país
Precisamos traçar pontos e linhas
para mostrar que estivemos aqui —
e estamos aqui hoje,
aqui onde as raposas correm
e os pássaros fazem seus ninhos
e os peixes desovam.

Vocês circunscrevem tudo
exigem que provemos
que existimos,
que usamos a terra que sempre foi nossa,
que temos direito às nossas terras ancestrais.

E agora somos nós que perguntamos:
Com que direito *vocês* estão aqui?

Cordialmente,

Vijay